

Projeto de Lei nº 2217, de 2022

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Federal Flávia Morais (PDT/GO)

Ementa:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura: 10/08/2022

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Destino: À sanção

Último local: 16/10/2024 - Secretaria de Expediente

Último estado: 19/09/2024 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Despacho:

16/03/2023

Leitura da Matéria

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Carlos Viana (encerrado em 05/06/2024 - Deliberação da matéria)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Nelsinho Trad (encerrado em 07/07/2023 - Deliberação da matéria)

Senadora Jussara Lima (Relator Ad hoc) (encerrado em 05/07/2023 - Retorno do titular)

TRAMITAÇÃO

18/10/2024 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício SF nº 1197, de 18/10/24, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1.109, de 2024, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022, sancionado e transformado na Lei nº 14.979, de 18 de setembro de 2024.

À COARQ.

16/10/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a Mensagem nº 1.109, de 2024, na origem, da Presidência da República, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022 (nº 5.547/2013, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 14.979, de 18 de setembro de 2024. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 88 - DSF nº 178

Publicado no DSF Páginas 86 - DSF nº 178

TRAMITAÇÃO

19/09/2024 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 14979 DE 2024.
DOU (Diário Oficial da União) - 19/09/2024 - Seção I - págs. 4 e 4.
Sancionada em 18/09/2024.

30/08/2024 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício SF n.º 903, de 30/08/24, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem SF n.º 165/24, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto.

Remetido Ofício SF n.º 904, de 30/08/24, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

26/08/2024 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado.

21/08/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA

Ação: (Sessão Deliberativa Ordinária – Semipresencial – realizada em 21/08/2024)
Encerrada a discussão da matéria.
Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1 (de redação).
Encaminhado à publicação o Parecer nº 137, de 2024-PLEN/SF, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final.
Aprovada a redação final.
A matéria vai à sanção.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 31-32 - DSF nº 137

Publicado no DSF Páginas 43-45 - DSF nº 137

18/08/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária Semipresencial de 21/08/2024.
Discussão, em turno único.

17/06/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia.
Discussão, em turno único.

14/06/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Encerrou-se em 13 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto.
Não foram apresentadas emendas.
A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente

TRAMITAÇÃO

*Publicado no DSF Páginas 55 - DSF nº 89***05/06/2024** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Prazo: Apresentação de Emendas a projeto que obteve parecer favorável da Comissão (Art. 235, II, "d", do RISF). De 07/06/2024 a 13/06/2024. Perante a Mesa.**05/06/2024** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA**Ação:** Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno do Senado.*Publicado no DSF Páginas 363 - DSF nº 82***05/06/2024** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** Encerrada a relatoria do Senador Carlos Viana por deliberação da matéria. À SLSF, para prosseguimento da tramitação.**05/06/2024** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** APROVADO PARECER NA COMISSÃO**Ação:** Na 17ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Carlos Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH-CCJ.*Publicado no DSF Páginas 348-354 - DSF nº 82**Publicado no DSF Páginas 363 - DSF nº 82***27/05/2024** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO**Ação:** Matéria incluída na Pauta da Comissão.**26/03/2024** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO**Ação:** Recebido Relatório do Senador Carlos Viana, com voto favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CDH. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.**08/03/2024** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA**Ação:** Distribuído ao Senador Carlos Viana, para emitir relatório.**07/07/2023** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR**Ação:** Matéria aguardando distribuição.

TRAMITAÇÃO

07/07/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Nelsinho Trad por deliberação da matéria.
À CCJ para prosseguimento da tramitação.

07/07/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 49ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 05/07/2023, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CDH.

Publicado no DSF Páginas 117-123 - DSF nº 113

03/07/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 49ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 05/07/2023.

27/06/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Nelsinho Trad com voto favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

22/03/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Nelsinho Trad, para emitir relatório.

20/03/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CDH.
Matéria aguardando distribuição.

16/03/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: A matéria vai à CDH, seguindo posteriormente à CCJ.

Publicado no DSF Páginas 102-116 - DSF nº 35

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

10/08/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 10/08/2022.

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 746-750 - DSF nº 123

DOCUMENTOS

PL 2217/2022

Data: 14/12/2021**Autor:** Câmara dos Deputados**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

Avulso inicial da matéria

Data: 10/08/2022**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação, em 10/08/2022.**Descrição/Ementa:** -

Relatório Legislativo

Data: 27/06/2023**Autor:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Descrição/Ementa:** PARECER PL 2217/2022

Listagem ou relatório

Data: 07/07/2023**Autor:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 49ª Reunião CDH

P.S 59/2023 - CDH

Data: 07/07/2023**Autor:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Na 49ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 05/07/2023, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CDH.**Descrição/Ementa:** PARECER PL 2217/2022

Relatório Legislativo

Data: 26/03/2024**Autor:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

DOCUMENTOS

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido Relatório do Senador Carlos Viana, com voto favorável ao Projeto e à Emenda nº1-CDH. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2217, de 2022, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

Listagem ou relatório

Data: 05/06/2024

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 17ª Reunião CCJ

P.S 47/2024 - CCJ

Data: 05/06/2024

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 17ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Carlos Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH-CCJ.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2217, de 2022, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

P.S 137/2024 - PLEN

Data: 21/08/2024

Autor: Comissão Diretora do Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Parecer nº 137, de 2024-PLEN/SF (Redação Final do Projeto de Lei nº 2.217/2022).

Minuta

Data: 26/08/2024

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Anexado o texto revisado.

MPSF 165/2024

Data: 30/08/2024

Autor: Presidente do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF n.º 903, de 30/08/24, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem SF n.º 165/24, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto.

Remetido Ofício SF n.º 904, de 30/08/24, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha à sanção o Projeto de Lei nº 2.217, de 2022.

DOCUMENTOS

OFSF 903/2024

Data: 30/08/2024**Autor:** Primeiro-Secretário do Senado Federal**Local:** Comissão Diretora do Senado Federal**Ação Legislativa:** Remetido Ofício SF n.º 903, de 30/08/24, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem SF n.º 165/24, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto.

Remetido Ofício SF n.º 904, de 30/08/24, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Encaminha a Mensagem da Presidência do Senado Federal submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022.

OFSF 904/2024

Data: 30/08/2024**Autor:** Primeiro-Secretário do Senado Federal**Local:** Comissão Diretora do Senado Federal**Ação Legislativa:** Remetido Ofício SF n.º 903, de 30/08/24, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem SF n.º 165/24, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto.

Remetido Ofício SF n.º 904, de 30/08/24, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o encaminhamento à Presidência da República do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022.

Autógrafo - PL 2217/2022

Data: 30/08/2024**Autor:** Senado Federal**Local:** Secretaria de Expediente**Ação Legislativa:** Remetido Ofício SF n.º 903, de 30/08/24, ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando a Mensagem SF n.º 165/24, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafo do Projeto.

Remetido Ofício SF n.º 904, de 30/08/24, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto foi encaminhado à sanção presidencial.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de tornar obrigatória, para a autoridade judiciária, a consulta aos cadastros estaduais, distrital e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e das pessoas ou casais habilitados à adoção.

MSG 1109/2024 - Presidência

Data: 14/10/2024**Autor:** Presidência da República**Local:** Plenário do Senado Federal**Descrição/Ementa:** Restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022 (Projeto de Lei nº 5.547, de 2013, na Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei nº 14.979, de 18 de setembro de 2024.

Autógrafo restituído após

Data: 14/10/2024**Autor:** Presidência da República

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Autógrafo restituído após sanção.

OF. 1203/2024 - Casa Civil

Data: 14/10/2024

Autor: Casa Civil

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Comunica a restituição do autógrafo sancionado e a Lei nº 14.979, de 18 de setembro de 2024, promulgada.

OFSF 1197/2024

Data: 18/10/2024

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 1197, de 18/10/24, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1.109, de 2024, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022, sancionado e transformado na Lei nº 14.979, de 18 de setembro de 2024.

À COARQ.

Descrição/Ementa: Comunica à Câmara dos Deputados o recebimento do autógrafo sancionado do Projeto de Lei nº 2.217, de 2022.